



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO



CONVÊNIO TRT8 N° 001/2022

**CONVÊNIO QUE CELEBRAM A
UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO
TRIBUNAL REGIONAL DO
TRABALHO DA OITAVA REGIÃO E
O MUNICÍPIO DE MOJU.**

PROAD 3777/2021

A **UNIÃO**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO**, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 01.547.343/0001-33, com sede na Travessa Dom Pedro I n° 746, Bairro: Umarizal, Belém-PA, CEP: 66050-100, neste ato representado pela Excelentíssima Senhora **GRAZIELA LEITE COLARES**, Desembargadora Presidente, inscrita no Ministério da Fazenda com CPF/MF N° 184.219.382-15, residente e domiciliada na cidade de Belém-PA, doravante denominado **CESSIONÁRIO**, e o **MUNICÍPIO DE MOJU**, pessoa de direito público interno, inscrito no Ministério da Fazenda sob o n° 05.105.135/0001-35, com sede na Praça Matriz, s/n, Bairro: Centro, Moju-Pará, CEP: 68450-000, doravante denominado **CEDENTE**, representado por sua Prefeita Municipal, Excelentíssima Senhora MARIA NILMA SILVA DE LIMA, inscrita no CPF sob o n° 2249.515.362-34, resolvem de comum acordo firmar o presente Convênio, em conformidade com as disposições da Resolução n° 303, de 18/12/2019, do Conselho Nacional de Justiça, consoante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente Convênio tem por objeto a cooperação técnica entre o Município de Moju e o Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, com vistas à quitação dos precatórios vencidos e com vencimento até o exercício de 2022, inscritos na Lista de Ordem Cronológica.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS REPASSES

2.1 Para o pagamento dos precatórios constantes da Lista de Ordem Cronológica anexa, o Município autoriza o débito automático na conta do Fundo de Participação do Município (FPM), Banco do Brasil, Agência n° 2313-2, Conta n° 29029-7, do valor abaixo indicado, no dia 10 de cada mês, até a quitação do débito.

Dia do Débito: 10 de cada mês.

Data de início: 10/03/2022.

Vigência: ATÉ A QUITAÇÃO.

Valor fixo: R\$-53.000,00 (cinquenta e três mil reais).



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO



2.2 O débito automático perdurará até o pagamento integral dos precatórios que foram objeto deste Convênio, em valores atualizados até o mês do pagamento a ser realizado.

2.3 Caso o valor referente ao Fundo de Participação do Município (FPM) do dia indicado não seja suficiente para cobrir o valor a ser debitado nos termos acordados, fica autorizado, desde já, que será efetuado o desconto do Fundo de Participação do Município (FPM) na quota do mês subsequente.

2.4 O valor debitado será depositado em conta corrente à disposição da Presidência do Tribunal, que autorizará as transferências necessárias para pagamento dos precatórios objeto deste Convênio, conforme a ordem cronológica.

2.5 Caso seja inadimplida qualquer parcela deste Convênio antes da quitação dos débitos trabalhistas, a Presidência do Tribunal determinará o sequestro, na conta do repasse do Fundo de Participação do Município (FPM) ou em outra conta, de quantia suficiente para a solução da(s) parcela(s) inadimplida(s).

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRECATÓRIOS CONVENIADOS

3.1 Serão pagos integralmente todos os precatórios conveniados.

3.2 Serão pagos, também, na ordem cronológica, devidamente atualizados, quaisquer outros precatórios vencidos ou que venham a vencer em 2022, ainda que não relacionados no anexo, evitando-se, com isso, preterição.

3.3 Eventual sequestro em decorrência de preterição não impedirá ou modificará a implementação do Convênio celebrado nesta oportunidade.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PAGAMENTOS

4.1 Por ocasião do pagamento, a atualização dos precatórios deverá ser efetuada com base nos parâmetros estabelecidos pela Resolução CNJ nº 303/2019.

4.2 O valor a ser pago em cada precatório será atualizado antes do pagamento.

4.3 Qualquer deliberação acerca da ordem cronológica de precatórios, inclusive a relacionada à ordem preferencial e superpreferencial, será aplicada a este Convênio.

4.4 Se houver saldo remanescente, após o pagamento, o valor deverá ser devolvido para a conta judicial à disposição da Presidência do Tribunal.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO



CLÁUSULA QUINTA - DA QUITAÇÃO

5.1 Considera-se quitado o precatório com o pagamento de seu valor integral.

5.2 Cumprida a obrigação de pagar, deve ser observado, igualmente, o cumprimento das obrigações de fazer inerentes a cada reclamação trabalhista perante as Varas do Trabalho de origem.

CLÁUSULA SEXTA - DAS DEMAIS QUESTÕES

6.1 As demais questões, inclusive aquelas posteriormente incidentes sobre a execução deste Convênio, serão dirimidas pela Presidência do Tribunal.

Belém, 22 de fevereiro de 2022.

GRAZIELA LEITE COLARES
Desembargadora Presidente

MARIA NILMA SILVA DE LIMA
Prefeita Municipal de Moju
CEDENTE

Testemunhas:

1- Daniela Chamma Farias de Souza
RG: 1733825 - PC-PA
CPF: 295.213.272-00

2- Nara Maria Santos de Souza
RG: 308.8.6912 - TRT8
CPF: 277.648.262-00